



**ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA**

INDICAÇÃO Nº 388/2025

INDICA À SECRETARIA MUNICIPAL DE MINERAÇÃO, ENERGIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEMMECT) QUE PROMOVA ESTUDOS PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA TÉCNICA COM A AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM), COM FUNDAMENTO NO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 20/2021, VISANDO GARANTIR AO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS O ACESSO TÉCNICO, O ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO E A FISCALIZAÇÃO EFETIVA DOS PLANOS DE FECHAMENTO DE MINA (PFM) DAS EMPRESAS MINERADORAS COM EMPREENDIMENTOS EM FASE DE LAVRA NO TERRITÓRIO MUNICIPAL.

AUTOR: ALEX OHANA

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhoras Vereadoras,**

Indica-se à mesa, observadas as formalidades regimentais, que encaminhe ofício ao excelentíssimo Senhor prefeito municipal, Aurélio Ramos de Oliveira Neto, à Secretaria Municipal De Mineração, Energia, Ciência E Tecnologia (SEMMECT) que promova estudos para celebração de parceria técnica com a agência nacional de mineração (ANM), com fundamento no termo de cooperação técnica nº 20/2021, visando garantir ao município de Parauapebas o acesso técnico, o acompanhamento sistemático e a fiscalização efetiva dos planos de fechamento de mina (PFM) das empresas mineradoras com empreendimentos em fase de lavra no território municipal.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

JUSTIFICATIVA

O município de Parauapebas ocupa posição central na economia mineral brasileira, especialmente em razão da atividade de extração de minério de ferro na região de Carajás. Entretanto, conforme dados apresentados pela própria mineradora Vale S.A. em relatórios enviados à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC), a vida útil das minas da Serra Norte encontra-se estimada entre os anos de 2022 e 2038, com projeções de esgotamento técnico e econômico de lavra nas décadas seguintes, dependendo de novos estudos e autorizações.

Neste cenário de progressiva exaustão mineral, torna-se imprescindível que o município assuma papel protagonista na preparação para o período pós-mineração. O fechamento de uma mina não se limita à descontinuidade da lavra: ele implica desmobilização de estruturas industriais, reabilitação ambiental de áreas degradadas, mitigação de riscos geotécnicos e químicos, descaracterização de barragens e, sobretudo, ações de natureza social e econômica voltadas à população diretamente afetada pela atividade mineral.

A Resolução ANM nº 68/2021 determina que todas as empresas mineradoras elaborem e mantenham atualizados seus Planos de Fechamento de Mina (PFM), conforme a fase do empreendimento. Esses planos devem conter, obrigatoriamente, diagnósticos estruturais e ambientais da área, cronogramas físico-financeiros de encerramento, planos de recuperação e estabilização física e química do solo, de desmobilização e requalificação das instalações, bem como medidas de monitoramento e controle a longo prazo.

O município, por meio da Secretaria Municipal de Mineração, Energia, Ciência e Tecnologia – SEMMECT, necessita, portanto, acessar essas informações e exercer sua capacidade de análise técnica, planejamento e articulação institucional. Para tanto, é fundamental que seja estabelecida parceria formal com a Agência Nacional de Mineração (ANM), conforme prevê o Termo de Cooperação Técnica nº 20/2021, permitindo:

- Acesso aos Planos de Fechamento de Mina em sua versão mais recente e oficial;
- Capacitação técnica de servidores municipais para interpretação e acompanhamento dos PFMs;



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

- Monitoramento conjunto das ações previstas pelas mineradoras, em especial as que envolvem impactos socioambientais relevantes;
- Ampliação da transparência das informações perante a população de Parauapebas;
- Preparação do poder público para a elaboração de políticas públicas de transição econômica, social e territorial no pós-mineração.

A ausência de estrutura institucional para acompanhamento dos planos de fechamento pode resultar em desarticulação administrativa, perda de oportunidade de investimentos antecipatórios e impactos severos com a queda da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), a diminuição do ICMS proveniente de insumos e serviços ligados à cadeia mineral, o aumento do desemprego e o abandono de estruturas físicas que oferecem riscos à segurança pública e ao meio ambiente.

Além disso, experiências nacionais demonstram que municípios mineradores que se anteciparam ao encerramento da atividade conseguiram estruturar políticas de diversificação econômica, aproveitamento de infraestrutura, reconversão produtiva e reaproveitamento de áreas mineradas com novos usos econômicos ou ambientais. Parauapebas não pode prescindir de um planejamento estruturado que inclua essas estratégias desde já.

Diante disso, solicitamos ao Poder Executivo Municipal que promova, com prioridade, os estudos necessários para firmar parceria técnica com a Agência Nacional de Mineração (ANM), com base no Termo de Cooperação Técnica nº 20/2021. A medida é essencial para garantir ao município acesso efetivo aos Planos de Fechamento de Mina, fortalecendo a capacidade local de acompanhar, fiscalizar e planejar a transição para o pós-mineração. Antecipar esse cenário é fundamental para proteger o meio ambiente, assegurar justiça social às comunidades impactadas e preparar Parauapebas para um futuro sustentável além da mineração.

Parauapebas, 09 de junho de 2025.

ALEX P. OHANA
VEREADOR - PDT